



RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DO FORUM PARLAMENTAR DA SADC PARA A ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS PARA A 51^a SESSÃO PLENÁRIA DA ASSEMBLEIA DO FP DA SADC

TEMA: "PARTICIPAÇÃO DOS PARLAMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS AGRÍCOLAS RESILIENTES NA REGIÃO DA SADC ATRAVÉS DE UMA MELHOR GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS".

Sr. Presidente, suplico que esta Assembleia Plenária aprove o Relatório da Comissão Permanente sobre alimentação, Agricultura e Recursos Naturais para a 51^a Sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, colocado sobre a mesa a 12 de Julho de 2022.

ÍNDICE

No. Ponto	Página
1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	2
2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A COMISSÃO.....	2
3.0 NÚMERO DE REUNIÕES, DATAS E TEMAS DAS REUNIÕES	2
4.0 DELIBERAÇÕES NO TEMA DA REUNIÃO	2
4.1 CONTEXTO	2
4.2 A CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS AGRÍCOLAS RESILIENTES NA REGIÃO DA SADC ATRAVÉS DE UMA MELHOR GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS PELA MONITORIZAÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (PSAM)APRESENTAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PARLAMENTOS NA.....	3
5.0 RECOMENDAÇÕES	5
6.0 ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE.....	5
7.0 CONCLUSÃO	6
8.0 ANEXO II - LISTA DE FUNCIONÁRIOS	7
Anexo II - Lista de Recursos Humanos e Observadores.....	7

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

O Comité foi composto pelos seguintes Membros:

Dep. Ishmael J Ndaila Onani, Dep (Maláui) (Presidente)
Dep. Hawa Subira Mwaifunga, Dep (Tanzânia) (Vice Presidente)
Dep. Andre Leon Tumba, Dep (Democrática do Congo)
Dep. Lekhetho Mosito, Dep (Lesoto)
Dep. Helena Bonguela Abel, Dep (Angola)
Dep. Lova Herizo Rajaobelina, Dep (Madagascar)
Dep. Seiso Joel Mohai, Dep (África do Sul)
Dep. Princess Phumelele Dlamini, Dep (Eswatini)
Dep. Tambudzani Mohadi, Dep, (Zimbábue)
Dep. Carlos Manuel, Dep (Moçambique)
Dep. Marie Genevieve Stephanie Anquetil, Dep, Maurícias)
Dep. Mutinta Mazoka, Dep (Zâmbia)
Dep Rocky Uranie, Dep (Seychelles)
Dep. Paulson Majaga, Dep (Botsuana)
Dep. Phillipus Katamelolo, Dep (Namíbia)

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A COMISSÃO

A Comissão Permanente do FP da SADC para a Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) retirou o seu mandato do Artigo 14 da Constituição do FP da SADC e da Regra 42 do Regimento Interno da SADC.

3.0 NÚMERO DE REUNIÕES, DATAS E TEMAS DAS REUNIÕES

A Comissão Permanente da FANR realizou uma reunião estatutária no domingo, 1 de Maio, 2022, para analisar o tema “Participação dos Parlamentos na Construção de Sistemas Agrícolas Resilientes na Região da SADC Através de uma melhor Gestão das Finanças Públicas”.

4.0 DELIBERAÇÕES NO TEMA DA REUNIÃO

4.1 CONTEXTO

A maioria dos pobres do mundo vivem em zonas rurais e dependem da agricultura para a sua subsistência. A agricultura é simultaneamente uma fonte de segurança alimentar e uma actividade económica central em todos os Estados Membros da SADC. A agricultura é, por conseguinte, crucial tanto para o desenvolvimento económico como para a redução da pobreza. Por conseguinte,

a despesa dos países em desenvolvimento para o sector da agricultura é um dos mais importantes instrumentos governamentais para promover o crescimento económico e aliviar a pobreza nas zonas rurais. O sector agrícola contribui entre 4% e 27% do Produto Interno Bruto entre os diferentes países da SADC, e aproximadamente 13% das receitas de exportação em geral. Além disso, cerca de 70% da população da região depende da agricultura para a alimentação, receitas e emprego.

Os países da SADC comprometeram-se com várias aspirações continentais e regionais em matéria de agricultura, algumas das quais incluem a Declaração de Maputo, que apela aos Estados Membros para aumentarem as dotações orçamentais agrícolas para 10% e alcançarem um crescimento agrícola de 6%, para além de criarem o Programa Global de Desenvolvimento Agrícola da África (CAADP). Os instrumentos que orientam e alavancam o sector agrícola na região incluem a Política Agrícola Regional (RAP) de 2013 e o Plano Regional de Investimento Agrícola (RAIP) para o período 2017-2022, entre outros.

Apesar dos esforços acima referidos, o progresso na agricultura na região permanece estático, em parte devido à falta de responsabilização e transparência na utilização de recursos públicos na implementação de programas agrícolas. Muitos países do mundo enfrentam desafios relacionados com a má gestão financeira, tais como a má prática de relatórios financeiros, sistemas de controlo interno fracos, administração financeira fraca, relações de pouca ética com fornecedores de produtos agrícolas e despesas descoordenadas no final do ano orçamental. Isto, associado à corrupção nos contractos governamentais ou licenças para fornecimentos agrícolas, dificulta a obtenção de sistemas agrícolas resistentes.

4.2 A CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS AGRÍCOLAS RESILIENTES NA REGIÃO DA SADC ATRAVÉS DE UMA MELHOR GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS PELA MONITORIZAÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (PSAM) APRESENTAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PARLAMENTOS NA

A Comissão observou que a Gestão das Finanças Públicas (GFP) envolveu a recolha, gestão e despesas das finanças públicas em toda uma economia. A Comissão observou ainda que o objectivo central da GFP era melhorar a vida dos cidadãos através de uma melhor gestão das finanças públicas. A Comissão reconheceu que a agricultura era fundamental para as economias da maioria dos Estados Membros da SADC e desempenhou um papel fundamental na transformação dos meios de subsistência de muitos países africanos. Isto ajudou os Governos a alcançar as suas políticas agrícolas e outros objectivos de desenvolvimento de uma forma progressiva e sustentável.

A Comissão tomou conhecimento de que os membros do Parlamento, na qualidade de representantes eleitos dos seus círculos eleitorais, desempenharam um papel fulcral ao longo de todo o Ciclo da GFP. A Comissão observou que a sustentabilidade do orçamento, incluindo a gestão da dívida, era da responsabilidade dos respectivos Ministérios das Finanças, encarregados de assegurar a eficiência entre os diferentes ministérios e agências governamentais. Foi dada ênfase à necessidade de assegurar a conceptualização sólida das despesas de capital, especialmente as de infra-estruturas, através dos processos orçamentais anuais e a médio prazo. A Comissão observou também que na orçamentação baseada em programas, havia necessidade de alinhar os sistemas de planeamento e orçamentação para assegurar que as realizações e resultados fossem associados aos objectivos das políticas públicas. Em termos de execução orçamental prudente, a Comissão reconheceu que o controlo legislativo era parte integrante da revisão dos relatórios de execução orçamental para assegurar que os recursos públicos fossem utilizados da forma como foram aprovados.

A Comissão apreciou o papel dos Paramentos em todas as fases da Gestão das Finanças Públicas, tal como a seguir se indica.

- (i) **Formulação do Orçamento** - o legislador contribuiu para a determinação das prioridades orçamentais a médio prazo.
- (ii) **Aprovação do Orçamento** - durante o debate legislativo da proposta de orçamento do executivo, os membros do Parlamento examinaram o que devia ser executado tendo em conta as receitas e os níveis de dívida existentes.
- (iii) **Execução orçamental** - o escrutínio dos relatórios de execução orçamental pelas comissões legislativas foi essencial para a prestação de contas;
- (iv) **Avaliação Orçamental** - os legisladores podiam também realizar uma análise post-hoc da execução orçamental através da revisão do relatório de fim de ano, das demonstrações financeiras e das auditorias externas.

A Comissão observou que em países que a PSAM tinha conduzido investigação, foi estabelecido que havia fraquezas embutidas nos sistemas de Gestão das Finanças Públicas. Estes incluíam financiamento inadequado para políticas de desenvolvimento agrícola que, por sua vez, comprometiam a capacidade dos países para cumprir objectivos e compromissos estabelecidos. A Comissão reconheceu que os baixos investimentos para os Serviços de Consultoria Agrícola constituíam um impedimento aos serviços de extensão agrícola. Devido a isso, os expansionistas agrícolas não conseguiram satisfazer as necessidades dos pequenos agricultores, especialmente para os ajudar na adaptação ou adopção de estratégias inteligentes em matéria de clima para garantir a segurança alimentar a nível familiar ou mesmo comunitário.

5.0 RECOMENDAÇÕES

Portanto, a Comissão Permanente da Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais resolve recomendar à 51^a Sessão da Assembleia Plenária a:

- (i) **ENCORAJAR** os Estados membros da SADC a criarem um ambiente propício para que os Parlamentos se envolvam de forma significativa no processo orçamental, assegurando que sejam disponibilizados tempo e recursos adequados para permitir aos Distintos Deputados executarem o seu papel de supervisão sem quaisquer impedimentos.
- (ii) **CONVIDAR** os Parlamentos da SADC a reforçar a capacidade dos Membros Honoráveis dos Parlamentos com os conhecimentos necessários para participar efectivamente no processo orçamental e, nomeadamente, na despesa pública na agricultura.
- (iii) **IMPLORAR** os países da SADC a reconhecerem a importante contribuição das mulheres e dos jovens para a agricultura na região e a reservar uma quota específica nos seus orçamentos nacionais para garantir a segurança alimentar na região.
- (iv) **EXORTAR** os Estados Membros a reforçar o papel de supervisão dos Parlamentos a fim de interrogar eficazmente as despesas das finanças públicas, com especial atenção para a aquisição de insumos agrícolas.
- (v) **INCENTIVAM** os Estados Membros a sensibilizar os seus cidadãos para lhes permitir identificar despesas públicas fraudulentas na cadeia de valor da agricultura.
- (vi) **INCENTIVAR** Os Estados Membros a fornecer aos cidadãos plataformas que possam utilizar para denunciar incidentes de más práticas financeiras no sector agrícola, observando que os pequenos agricultores são os mais afectados pelos fluxos financeiros ilícitos no sector agrícola.

6.0 ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Tendo em conta que o mandato do Presidente e do Vice-Presidente estava a chegar ao fim durante essa sessão, a Comissão elegeu novos titulares de cargos para o período de 2022 a 2024, como se segue:

- (i) Presidente – Dep. Ishmael J Onani, Dep (Malauí)
- (ii) Vice-Presidente - Dep. Hawa Subira Mwaifunga, Dep (Tanzânia)

A Comissão prestou homenagem ao Presidente e Vice-Presidente cessante por ter dirigido a Comissão com sucesso durante o seu mandato e prometeu o seu apoio contínuo à liderança que tomou posse.

7.0 CONCLUSÃO

A agricultura é um dos sectores económicos chave e contribui significativamente para a redução do PIB e da pobreza na região. No entanto, há poucos investimentos para o sector agrícola. O desafio é ainda exacerbado pela utilização imprudente dos escassos recursos, resultando em sectores agrícolas com mau desempenho e ameaçando a segurança alimentar da região. Os sistemas agrícolas resilientes são, entre outros, um produto da utilização óptima dos recursos públicos e os princípios inerentes aos sistemas de Gestão das Finanças Públicas se bem utilizados podem contribuir imensamente para o crescimento do sector e ajudar a aumentar a segurança alimentar na região. Além disso, os Parlamentos podem tornar-se um instrumento poderoso para aumentar a força e a resistência dos sistemas agrícolas através do interrogatório das medidas governamentais relacionadas com a agricultura no orçamento e exigir explicações sobre o cumprimento dos compromissos assumidos pelos países tanto a nível regional como global. A proposta de Lei Modelo da SADC sobre Gestão das Finanças Públicas, que está a ser desenvolvida pelo Fórum, há-de aumentar os esforços dos actuais Estados membros para assegurar a responsabilização e transparência na utilização dos recursos públicos na implementação de programas agrícolas.

Finalmente, a Comissão estende a sua gratidão a Secretária-Geral e ao pessoal do Secretariado do FP da SADC pelo enorme trabalho e facilitação da reunião estatutária que resultou no presente relatório. A Comissão estende ainda o seu apreço a todas os peritos por prestarem um valioso contributo que, se implementado, pode resultar numa gestão sustentável dos recursos hídricos na região.

8.0 ANEXO II - LISTA DE FUNCIONÁRIOS

Sra. Boemo Sekgoma	Secretaria Geral
Sra. Clare Musonda	Directora, Governação Empresarial
Sr. Joseph Manzi	Director, Negócios e Programas Parlamentares
Sr. Sheuneni Kurasha	Gestor do Programa Democracia, Governação e Direitos Humanos
Sra. Sharon Nyirongo	Secretária da Comissão
Sra. Agnes Lilungwe	Assistente Executiva do Secretário Geral
Sr. Ronald Windwaai	Responsável pelas Tecnologias de Informação e Comunicação
Sra. Paulina Kanguatjivi	Assistente de Procedimentos e Coordenadora

Anexo II - Lista de Recursos Humanos e Observadores

Sra Julie Middleton	Gestora de Projectos do Consórcio, ActionAid Internacional
Sra Rachel Gondo	Oficial do Programa Regional de Aprendizagem, Monitora de Responsabilização do Serviço Público (PSAM)